



CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA

ADRIELLE STÉFANI OLIVEIRA DOS SANTOS
NAARA LIMA NORMANDE

DAS EMENDAS PARLAMENTARES À EXECUÇÃO PELO GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL:

o caso do Projeto Sul-Fronteira

São Paulo

2020

Rua Pamplona, 1005 – 1º andar
01405-001 | São Paulo | SP | Brasil
Tel/Fax: +55 11 2364-9518

CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA

ADRIELLE STÉFANI OLIVEIRA DOS SANTOS
NAARA LIMA NORMANDE

DAS EMENDAS PARLAMENTARES À EXECUÇÃO PELO GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL:

o caso do Projeto Sul-Fronteira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título Master em Liderança e Gestão Pública, Turma 5, do Centro de Liderança Pública sob orientação da profa. Dra. Gabriela Lotta e do prof. Dr. Rodrigo Estramanho.

São Paulo
2020

Rua Pamplona, 1005 – 1º andar
01405-001 | São Paulo | SP | Brasil
Tel/Fax: +55 11 2364-9518

1. RESUMO

Entendida como um conjunto de decisões tomadas pelas instituições de Estado em busca de solução de um problema ou da promoção de um objetivo comum desejado pela sociedade, as políticas públicas envolvem diferentes atores institucionais e processos. Neste trabalho iremos abordar o Congresso Nacional e o Governo do Mato Grosso do Sul como atores que dialogam no processo de destinação e execução de recursos para o estado. Nosso objetivo foi analisar o impacto da destinação de emendas de bancada referente ao Projeto Sul Fronteira - Mato Grosso do Sul nos indicadores socioeconômicos , ou seja, verificar se esses recursos melhoraram a qualidade de vida da população das cidades. Para conseguirmos compreender esse ciclo, iremos mapear todo o processo da destinação de recursos das emendas de bancada, compreendida pelo conjunto de Deputados Federais e Senadores, no período de 2015-2018 dentro da tramitação no Congresso Nacional, e todo o processo de execução do recurso dentro do governo do Mato Grosso do Sul buscando, por fim, verificar a efetividade do projeto na vida dos cidadãos sul-mato-grossenses.

2. PALAVRAS-CHAVE

Processos; Emendas de Bancada; Efetividade; Mato Grosso do Sul

INTRODUÇÃO

Constitucionalmente, o Poder Legislativo Brasileiro é composto pelo Congresso Nacional (CN), com representantes do povo na Câmara Federal e representantes dos Estados no Senado Federal. As atribuições constitucionais do CN envolvem atividades legislativas e de fiscalização e controle. Para este trabalho, partiremos da competência que o CN possui em dispor sobre o orçamento anual, representando uma atuação direta na programação das receitas e despesas do Estado através da Lei Orçamentária Anual (LOA). Essa intervenção na LOA e em créditos adicionais ocorre através de emendas parlamentares (EPs)

As EPs são conceituadas como transferências intergovernamentais, ou seja, elas permitem a descentralização de recursos acrescidos à LOA pela solicitação direta dos parlamentares, sejam de modalidade individual, de bancada, de comissão ou de relatoria. Trata-se de uma destinação: a) não-vinculada, ou seja, de finalidade não previamente determinada; b) extraordinária, ou seja, que não constituem um fluxo contínuo e c) voluntária ou negociável, discricionária.

Neste trabalho, iremos analisar especificamente as emendas de bancada que são as emendas coletivas, de autoria das bancadas estaduais ou regionais. Essas emendas foram concebidas para atender os interesses maiores de Estados e, supostamente, estariam mais livres de motivações estritamente políticas pois teriam que ser objeto de negociação formal entre grupos de parlamentares, com um quórum mínimo, e dessa maneira poderiam evitar o interesse particular de parlamentares. Em junho de 2019, o CN promulgou uma emenda constitucional (100/19) que torna obrigatória a execução das emendas apresentadas pelas bancadas estaduais ao orçamento federal. O texto promulgado determina que as emendas de bancada, de execução obrigatória, corresponderão a 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

> Proposição legislativa de iniciativa coletiva de deputados e senadores das bancadas de cada uma das 27 unidades da federação, que propõe alterações na proposta de orçamento encaminhada pelo Poder Executivo. A quantidade de emendas de cada bancada estadual varia de 18 a 23, a depender da quantidade de parlamentares eleitos em cada estado. Os recursos são alocados principalmente em investimentos de caráter estruturante no âmbito da unidade da federação. (INFOLEG, 2020)

Tais recursos tornam-se ainda mais relevantes quando contextualizamos a condição fiscal dos estados brasileiros. Esses têm em comum um elevado nível de despesas e que não são suficientes para pagar os gastos do mês, com problemas que vão desde à folha de pagamento ao funcionamento básico dos serviços públicos. Nesse cenário, há o debate recente sobre a participação de estados e municípios na Reforma da Previdência, ainda aguardando tramitação no Senado Federal em PEC paralela. Tem também o desafio constitucional da PEC 95 (Teto dos Gatos), que tem o objetivo de evitar que o gasto público federal cresça mais que a inflação. Tal situação limita a capacidade de investimento dos estados devido as despesas primárias. Enquanto isso, estados buscam soluções com vendas de empresas estatais e a formatação de Parcerias Público Privadas (PPPs) em diversas áreas.

O objeto deste trabalho refere-se a política pública de desenvolvimento socioeconômico da região fronteiriça do estado de Mato Grosso do Sul (MS) e o recebimento de emendas parlamentares para auxiliar nos investimentos dessas localidades. Diante da dimensão continental e da diversidade do Brasil, torna-se imprescindível contextualizar a importância dessa política pública para a região e, consequentemente, sua relevância como pesquisa para este trabalho.

O estado do MS, instituído em 1977 quando foi desmembrado do Mato Grosso, é estruturado em nove Regiões de Planejamento (RPs), orientadas pelo critério de divisão por centros urbanos que exercem influência sobre os municípios do seu entorno, formando polos urbanos regionais (Campo Grande, Grande Dourados, Bolsão, Cone Sul, Pantanal, Leste, Norte, Sudoeste e Sul-Fronteira).

No estado, os programas de desenvolvimento regional do governo federal foram evoluindo ao longo do tempo. Segundo Gumiero (2017), no período desenvolvimentista (1930 - 1980), o foco era na matriz produtiva e nos resultados econômicos. A partir de 2003, no governo Lula, as medidas de crescimento econômico foram mantidas, mas com uma crescente agenda social e ações afirmativas para populações em vulnerabilidade social.

Gumiero elenca, ainda, os planos estratégicos que auxiliaram na ressiginificação do conceito de desenvolvimento: a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste e o Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. “Ressignificaram o conceito de desenvolvimento que não se limitou ao fomento de investimento para a matriz produtiva,

mas a conciliou com a inclusão social, via redistribuição de renda e participação popular em fóruns coletivos, o que reposicionou a política social como prioritária para o desenvolvimento." (GUMIERO, 2017).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foi apresentada em 2003, sendo suas ações direcionadas e combinadas para as desigualdades regionais e sociais institucionalizada em 2007. O método de intervenção dessa política no território foi formulado segundo as variáveis rendimento domiciliar médio e crescimento do PIB *per capita* nos municípios. O resultado foi a identificação de quatro grupos formados por sub-regiões de alta renda, dinâmicas, estagnadas e baixa renda (BRASIL-MI, 2005 *apud* GUMIERO, 2017).

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste teve como estratégia a promoção de uma reorientação do estilo de desenvolvimento a partir dos seguintes objetivos: 1. Conservação dos ecossistemas; 2. Redução das desigualdades; 3. Ampliação das portas de entrada e oportunidades sociais pela universalização do acesso ao ensino de qualidade; 4. Elevação do nível de escolaridade e eliminação da taxa de analfabetismo; 5. Aumento da competitividade econômica regional e consolidação de polo exportador; 6. Criação de territórios formadores de inovação na economia regional com capilarização de recursos financeiros para pesquisas, desenvolvimento de tecnologias e aumento do nível de qualificação dos trabalhadores; 7. Desenvolvimento de tecnologias limpas e sustentáveis; 8. Integração dos territórios e unidades federativas do Centro-Oeste, com o propósito de redução das desigualdades intrarregionais por intermédio de dinamismo e de nível de renda, e formação de uma rede de cidades integradas e hierarquizadas; 9. Integração físico-territorial do Centro-Oeste com o Brasil e América do Sul, buscando ampliar as redes para potencializar o comércio internacional; 10. Diversificação produtiva para evitar a concentração da pauta exportadora somente no agronegócio; 11. Ampliação da agregação de valor da produção primária regional; 12. Aumento da capacidade de gestão do setor público regional, baseada no aprimoramento da eficiência e da eficácia da aplicação dos recursos públicos (BRASIL-MI, 2007 *apud* GUMIERO, 2017).

Já o o Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira foi organizado sob quatro eixos: 1) Fortalecimento institucional pavimentado pela organização de fóruns, comitês e reuniões dos atores locais em torno da sua demanda; 2) Desenvolvimento econômico integrado que articula os arranjos produtivos locais com a população

transfronteiriça, com políticas públicas no estímulo à educação, vias logísticas que permitam a integração dos países vizinhos e a formulação de Planos Diretores Integrados; 3) Cidadania, que prioriza a defesa dos direitos humanos, valorização da diversidade da cultura local, estímulos às ações de saúde e ensino bilingue que permitam a inclusão sociocultural e econômica do indivíduo e 4) Marco regulatório para estreitar condições de cidadania e integração (GUMIERO, 2017).

Constitucionalmente, a Faixa de Fronteira delimita a extensão de 150 km de largura, paralela a linha divisória terrestre brasileira. Essas áreas correspondem a 27% do território nacional e compreendem 588 municípios em 11 diferentes estados. Sob essa região, podemos ter diferentes olhares e partimos, inclusive, da etimologia da palavra.

O termo *fronteira* traz a concepção "de frente", "limite", "barreira" ou "demarcação", conceitos que restringem a complexidade dessa faixa. O desafio enquanto política pública de desenvolvimento socioeconômico é não possuir essa visão reducionista e sim compreender a fronteira como um espaço de intercâmbio, integração e de uma multiplicidade de cooperativas. Normalmente, a fronteira é vista do ponto de vista da segurança nacional como um local estratégico, pouco povoado e com inúmeras dificuldades no acesso aos serviços públicos.

Diante dessa realidade histórica de planos para desenvolvimento da região, consideramos relevante cruzar essa política pública com os recursos provindos das emendas de bancada, pois esses terminam se apresentando como recursos de "fôlego" para projetos de investimentos nos estados. Nosso objetivo foi analisar o impacto da destinação de emendas de bancada referente ao Projeto Sul Fronteira - Mato Grosso do Sul nos indicadores socioeconômicos , ou seja, verificar se esses recursos melhoraram a qualidade de vida da população das cidades de Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Sete Quedas. O projeto Sul Fronteira prevê a pavimentação da rodovia Sul-Fronteira, que margeia a fronteira do Brasil com o Paraguai ligando os municípios de Ponta Porã e Mundo Novo. Com base nessa perspectiva delimitamos o problema da pesquisa em: as emendas parlamentares proporcionaram melhores condições aos municípios da região Sul-Fronteira (MS) para migrarem de uma realidade com baixos índices para um círculo virtuoso de desenvolvimento?

Para isso, partiremos do mapeamento do processo de destinação dos recursos da emenda de bancada do Mato Grosso do Sul dentro da Câmara Federal, seguido pelo processo de execução dentro do governo do Mato Grosso do Sul e, posterior, avaliação dos critérios anteriormente mencionados. O corpus da pesquisa foi delimitado temporalmente pelo primeiro mandato do governador Reinaldo Azambuja (2015 - 2018), atualmente em seu segundo mandato.

Nossa pesquisa é de diagnóstico, ou seja, de avaliação. Essa modalidade de pesquisa se encarrega de verificar, mensurar impactos e resultados de intervenção estatais constituídas sob a forma de políticas públicas. Para tanto, este trabalho é baseado em uma abordagem quantitativa com o uso de variáveis e indicadores que descreveram as características socioeconômicas que podem ajudar a visualizar o desenvolvimento dessa região.

Após extensa revisão bibliográfica, adotamos metodologia semelhante a desenvolvida por Corrêa (2019) que também desenvolveu um estudo de políticas públicas visando a integração regional. Um dos indicadores utilizados pelo autor foi o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). O objetivo do IFDM é medir o desenvolvimento econômico segundo a variável econômica (emprego e renda e as características do mercado de trabalho formal dos municípios) e a variável social (saúde básica dos municípios e a qualidade da educação infantil e fundamental). O interessante desse indicador é que ele é divulgado anualmente para a maioria dos municípios brasileiros, o que permite examinar se existem efeitos de possíveis intervenções de políticas públicas.

Esperamos testar com essa pesquisa a efetividade ou não da destinação de emendas parlamentares na política pública de desenvolvimento econômico do Mato Grosso do Sul. Por se tratar de uma pauta historicamente recorrente na região, principalmente pela questão da localização geográfica, questionamos se os investimentos chegam a transformar, de fato, a vida das pessoas nessa região do estado. Afinal, o dinheiro que se destina em Brasília por parlamentares muda a vida dos cidadãos desse quase extremo brasileiro?

DIAGNÓSTICO

O ponto de partida deste trabalho foi a verificação dos recursos destinados pela bancada do Mato Grosso do Sul no período de 2015 a 2018 e seu mapeamento dentro da Câmara Federal. Nossa ferramenta de apuração foi o aplicativo Infoleg Orçamento, produzido pela Câmara e acessível a qualquer cidadão para obter mais informações sobre a execução de emendas parlamentares e ações orçamentárias. O objetivo do aplicativo foi facilitar o acompanhamento (das emendas individuais e de bancada) e permitir que o cidadão seja notificado a cada atualização. Na busca corresponde aos anos citados, não encontramos nenhum registro de emendas destinadas pela bancada do Mato Grosso do Sul nos anos de 2015 e 2016. Encontramos registros nos anos de 2017 e 2018.

A AGENDA POLÍTICA SOBRE O SUL-FRONTEIRA

Primeira etapa de todo o ciclo de política pública, a *Agenda Setting* é a Agenda Política, ou seja, "corresponde aos múltiplos caminhos e processos que culminam com o reconhecimento de uma questão social como problema público e da necessidade de ação governamental para a sua solução; isto é, a legitimação dessa questão na pauta pública ou na agenda de políticas públicas do país, em determinado momento". (JANUZZI, 2011).

Ainda segundo o autor, há várias interpretações diferentes de como essa agenda é construída. Em geral, é um processo coletivo e conflituoso que vai sendo formada em diferentes mecanismos de pressão externa de grupos organizados em partidos políticos, sindicatos, associações patronais, imprensa e outras instituições, pelas temáticas entendidas por eles como relevantes, por iniciativa interna de governo e mobilização social em função de compromissos assumidos nas eleições; pela atuação da burocracia no encaminhamento das demandas setoriais, etc.

O pesquisador complementa, a partir dos manuais clássicos de Ciência Política, que o processo de política pública envolve um conjunto de etapas sucessivas que servem para dar ênfase ao planejamento, implementação ou avaliação dos programas. "Não é a vontade de um técnico do setor público, de um pesquisador acadêmico ou governante eleito, com conhecimento empírico consistente da realidade ou visão ousada,

que garante imediatamente a incorporação de uma problemática social na agenda formal do governo" (JANUZZI, 2011). O ciclo envolve, portanto, as seguintes etapas: 1. Definição de Agenda (percepção e definição das questões públicas); 2. Formulação (diagnóstico e desenho dos programas); 3. Tomada de decisão (pacote de programas, público-alvo e regiões), 4. Implementação (desenvolvimento de atividades e entregas) e 5. Avaliação somativa (análise de resultados, impactos e externalidades do programa)

Partindo da agenda política para compreender o projeto Sul-Fronteira, fomos resgatar o histórico do tema nos discursos da Câmara dos Deputados. Buscamos discursos proferidos durante as duas primeiras décadas (01/01/2000 a 31/12/2019). Encontramos apenas 6 discursos referidos pelo termo "*Sul-Fronteira*". O primeiro data de abril de 2009, feito pelo então Deputado Federal Geraldo Resende, do então PMDB do MS.

> Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na próxima quarta-feira, receberemos, no meu Estado, mais precisamente em Sanga Puitã, distrito do Município de Ponta Porã, a visita do Presidente da República do Paraguai, Fernando Lugo, em evento que também contará com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima. **O motivo das ilustres visitas é a assinatura da ordem de serviço que dará início à construção da Rodovia Sul-Fronteira.** Essa rodovia é estratégica para o sul de Mato Grosso do Sul, sobretudo na região que faz fronteira com o Paraguai. É o caminho mais curto para a integração definitiva de região que registra um dos menores índices de desenvolvimento humano do nosso Estado. **A rodovia faz parte de amplo projeto que pretende aliar integração econômica, cultural e social e fomentar a diversificação da economia nos municípios de Mato Grosso do Sul que fazem linha de fronteira com o Paraguai.** Paralelamente à implantação da estrada, será incentivada a plantação de florestas para exploração vegetal ou replantio em áreas degradadas, em toda a faixa de fronteira, garantindo a defesa sanitária animal dos municípios que há 3 anos sofreram com os impactos dos focos de febre aftosa. Essa floresta, que será implantada em toda a fronteira, servirá de barreira vegetal com largura média de 15 quilômetros, formando um maciço verde com área de 340 mil hectares, possibilitando a instalação de indústrias específicas para a exploração da nova cultura. Essa foi a primeira grande obra para a qual o Governador André Puccinelli se mobilizou, antes mesmo de assumir o Governo do Estado. **Ele reuniu a bancada federal e pediu o esforço de cada Parlamentar na obtenção de recursos que viabilizassem a construção dessa importante via, que vai possibilitar a integração da região sul de Mato Grosso do Sul, principalmente na faixa de fronteira com o Paraguai.** Os primeiros 10 milhões de reais foram viabilizados através de emenda de bancada ao OGU de 2007, ainda durante minha gestão como coordenador da bancada do Estado de Mato Grosso do Sul – à época, dediqueime ao máximo até ver esse recurso liberado. Agora estamos comemorando a liberação de mais 14,9 milhões de reais, fruto de emenda de bancada apresentada ao OGU de 2008 e assinada por mim, pela Senadora Marisa Serrano e pelo Deputado

> Waldir Neves, dando um importante passo para a construção da rodovia que vai ligar em definitivo os 337 quilômetros de fronteira seca com o Paraguai. (RESENDE, 2009, grifos nossos).

Quase um ano depois, em março de 2010, o Deputado Federal Geraldo Resende sobe novamente na tribuna da Casa para pronunciamento sobre o Projeto Sul-Fronteira.

> Mas, hoje, quero falar sobre o mais importante projeto de integração entre o sul do nosso Estado e a fronteira com o Paraguai – a Rodovia Sul Fronteira, um dos principais projetos do Governador André Puccinelli, dentro do programa MS Forte, que está sendo tocado com recursos do Ministério da Integração. Há alguns dias, o Governador recebeu em Campo Grande o Secretário de Desenvolvimento do CentroOeste, Sr. Carlos Henrique Sobral, que foi assinar contratos, liberando 7,4 milhões de reais de uma nova parcela para a continuidade das obras da Sul Fronteira. Esses recursos serão usados para a implantação do trecho entre o distrito de Sanga Puitã e o Município de Aral Moreira. **O Secretário fez questão de enfatizar, durante o encontro com o Governador, que, para a liberação desses recursos, houve a participação de todos, Prefeitos, Governador e Parlamentares federais. E essa constatação reflete a realidade. A união de esforços é a marca registrada que permitiu ao nosso Estado conseguir os quase 33 milhões de reais que já foram empenhados para essa obra, desde 2007.** A Sul Fronteira, como o próprio nome diz, vai integrar definitivamente a região da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, em Mato Grosso do Sul. A rodovia faz parte de um amplo projeto que pretende aliar integração econômica, cultural e social e fomentar a diversificação da economia nos municípios que fazem linha de fronteira com o Paraguai.
>
> (...)
>
> Se considerarmos o total de 332 milhões de reais, custo final estimado para a implantação da rodovia, alguém poderá dizer que o dinheiro liberado até agora – cerca de 10% do valor total – é pouco. Mas não é verdade. **Esse valor já é suficiente para pôr em andamento a obra e para aumentar ainda mais a nossa vontade de trabalhar para vê-la concluída no mais curto espaço de tempo. As máquinas já estão trabalhando na região, o que significa que o projeto saiu do papel, está acontecendo, na realidade.** Agora estamos comemorando o fato de termos conseguido, com muito esforço político, inserir na LOA 2010 a previsão de mais 36,5 milhões de reais para dar andamento à etapa de construção da rodovia no trecho que passa pelos Municípios de Ponta Porã e Sete Quedas. **É uma prova irrefutável de que a ideia da integração em Mato Grosso do Sul não é só uma questão de retórica. É mais um sonho que vira realidade. Esperamos que essa obra possa ser a redenção de uma área isolada que foi, muitas vezes, esquecida em Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.** (RESENDE, 2010, grifos nossos)

Em dezembro do mesmo ano, 2010, o mesmo parlamentar sobe a tribuna para mais um pronunciamento.

> **Considerada um dos investimentos mais importantes atualmente em execução em Mato Grosso do Sul, a Sul-Fronteira promete ser a redenção econômica da região de fronteira no CONESUL do Estado, e vai demandar um investimento total, nas duas etapas, de R$175 milhões.** Um dos primeiros projetos pelos quais o Governador André Puccinelli trabalhou em sintonia com a bancada sul-mato-grossense tão logo assumiu em 2007, a Sul-Fronteira vai consolidar a infraestrutura de transportes e contribuir para o desenvolvimento não apenas de Mato Grosso do Sul e Estados vizinhos, mas dos países que fazem fronteira com o Brasil, integrando as nações da Bacia do Prata e, por consequência, a América do Sul. A pavimentação vai fazer reduzir-se significativamente o tempo de viagem, bem como os custos operacionais dos veículos, facilitando o escoamento da produção agrícola do Estado. E, de acordo com o estudo de viabilidade econômica, a integração entre os Municípios de Mato Grosso do Sul com os Municípios do Paraguai vai favorecer a importação e a exportação de produtos entre os dois países. **Esta Casa, por intermédio dos representantes de Mato Grosso do Sul, participa ativamente da execução desse projeto, isso porque os primeiros R$10,7 milhões investidos na obra foram viabilizados por meio de emenda de bancada ao Orçamento Geral da União de 2007, ainda durante minha gestão como coordenador da bancada do Estado de Mato Grosso do Sul**.
> Em 2008, com o então Deputado Waldir Neves e a Senadora Marisa Serrano, apresentei outra emenda de bancada, no valor de R$14,9 milhões, liberados no ano passado. Em 2009, os mesmos Parlamentares e o Senador Valter Pereira indicaram nova emenda de R$7,4 milhões. Ou seja, apenas em referência aos recursos viabilizados pela bancada junto ao Ministério da Integração Nacional, já somamos R$33,2 milhões, e com os R$36,5 milhões oriundos de emenda de bancada conjunta deste Parlamentar com o Senador Delcídio do Amaral, cujo empenho queremos garantir nos próximos dias, ainda no Orçamento da União para 2010, somaremos a garantia de R$69,7 milhões para o projeto.(RESENDE, 2010, grifos nossos).

Em fevereiro de 2011, Geraldo Resende repercute em discurso uma matéria do jornal Correio do Estado.

> Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal Correio do Estado, principal diário de Mato Grosso do Sul, trouxe em sua edição de domingo passado, dia 20, reportagem mostrando o início de uma grande obra de pavimentação na fronteira com o Paraguai, localizada na área de influência de Dourados, polo de uma vasta região no sul do Estado. A pavimentação é uma obra que faz parte do Plano de Desenvolvimento Regional de Mato Grosso do Sul. Serão asfaltados 337 quilômetros na fronteira, interligando oito cidades e beneficiando uma população de 156 mil habitantes. **Há expectativa muito grande nessa região pelo fato de a pavimentação ser uma obra que vai impulsionar o desenvolvimento econômico e assegurar o esperado progresso social, considerando que os Municípios de Antonio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas e Mundo Novo apresentam hoje uns dos piores IDHs**

> **(Índices de Desenvolvimento Humano). O jornal mostra a expectativa em relação às obras, que estão sendo executadas graças à determinação do Governador André Puccinelli, que obteve os recursos para início dos serviços por meio de emendas da bancada federal, com a nossa participação.**

Em junho de 2011, outro Deputado Federal do MS, Marçal Filho, fez pronunciamento, mas em tom totalmente diferente do seu colega de bancada. Dessa vez, cobrou o empenho das emendas por parte do governo federal.

> Sras. e Srs. Parlamentares, participei hoje de audiência com o Sr. Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra. Estive acompanhado do Governador do meu Estado de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, e de vários Senadores e Deputados Federais daquele Estado. Na audiência, falamos exatamente sobre a importante rodovia Sul-Fronteira, que precisa de pavimentação, porque faz toda a divisa, especialmente com o país vizinho, Paraguai. **Pedimos ao Sr. Ministro Fernando Bezerra que libere verbas para a rodovia. Várias emendas foram apresentadas e acabaram não sendo empenhadas nem liberadas, para que essa importante rodovia possa ser incluída no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Sua importância tem a ver com a sanidade animal e com o tráfico de drogas e de armas.** Esta a solicitação que faço ao Sr. Ministro da Integração Nacional e à Sra. Presidenta da República. Muito obrigado (FILHO, 2011, grifos nossos).

É interessante verificar que, apesar de termos encontrado destinação de emendas de bancada em 2017 e 2018 da bancada do Mato Grosso do Sul, tal investimento não está registrado na forma de Discurso e Notas Taquigráficas durante esse período. É pertinente questionar: se toda a bancada do MS considera relevante, afinal, houve destinação de milhões de reais, por quê não há nenhum pronunciamento em plenário de parlamentares na Câmara Federal sobre o Sul-Fronteira?

EMENDAS DE BANCADA 2017

Para o ano da Lei Orçamentária Anual de 2017, a bancada do Mato Grosso do Sul foi autora de duas emendas. A primeira emenda (71130001) teve como cedente, ou seja, o órgão federal que concede ou repassa o recurso financeiro, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). O valor autorizado corresponde a R$ 112.300.000,00 para a função de construção de trecho rodoviário - Entroncamento BR 163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR 262 (Aquidauana) - BR 419 / MS. Essa emenda, portanto, não tem relação com o projeto Sul Fronteira.

A segunda emenda (71130002) de 2017, entretanto, refere-se diretamente ao projeto Sul Fronteira. O cedente foi o Ministério do Desenvolvimento Regional, o valor foi o mesmo da anterior (R$ 112.300.000,00) e a ação foi registrada como apoio a inovação na faixa de fronteira implantação do projeto Sul-Fronteira. Como favorecido está o estado de Mato Grosso do Sul e os valores correspondem a R$ 47.058.193,00 empenhado e R$ 47.058.193,00 liquidado. Como valor pago consta R$ 0,00. Para o repasse do valor, foi celebrado o convênio com o município do Mato Grosso do Sul. Tal convênio foi registrado sob o número 859691 no valor do empenho de R$ 47.058.193,00 com a contrapartida de R$ 5.228.688,00, chegando ao valor global de R$ 52.286.881,00 e o valor pago de R$ 0,00.

> Convênio é o instrumento utilizado para formalização do acordo de vontades entre entidades do setor público e, ocasionalmente, entre entidades do setor público e instituições do setor privado, com vistas à realização de despesas públicas de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação, por intermédio de transferências voluntárias. (INFOLEG, 2020)

Para além dos valores, é preciso contextualizar os estágios da despesa pública. O valor empenhado, mencionado anteriormente, é o primeiro estágio e funciona como uma garantia ao credor de que o ente público possui o crédito suficiente para a liquidação do compromisso assumido. Quando a nota de empenho é emitida, é feita a reserva de dotação orçamentária no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). A liquidação é o segundo estágio da despesa e é a comprovação que o credor cumpriu todas as obrigações constantes do empenho. A finalidade é reconhecer ou apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação. Já o último estágio é o pagamento que consiste na entrega de numerário ao credor do Estado, extinguindo o débito ou obrigação.

EMENDAS DE BANCADA 2018

Ao contrário do ano anterior, verificamos uma mobilização enquanto agenda política para esse tema. Apesar de não estar registrado em Discursos e Notas Taquigráficas, encontramos reportagens na imprensa sobre a atuação da bancada do MS

em ações que envolvem o projeto Sul-Fronteira, especificamente na reunião que deliberou sobre o Orçamento Geral da União para o ano de 2018.



Política

17/10/2017 23:14

Bancada do MS em Brasília coloca 14 obras como prioritária para 2018

Nyelder Rodrigues

Ouvir: 0:00 ouvirmo

McChicken+Torta R$19,90

Imprimir Enviar Curtir 0 Compartilhar Tweetar

Senadores Moka e Simone e os deputados federais Geraldo Resende, Dagoberto, Zeca do PT e Mandetta (Foto: Divulgação)

A bancada federal de Mato Grosso do Sul definiu 14 obras como prioritárias para 2018 no Estado, sendo elas incluídas pelo grupo no Orçamento Geral da União após reunião nesta terça-feira (17). Um 15º projeto ainda será discutido para entrar na lista nesta quarta-feira (18).

Ponte, hospital e rodovias - Um das obras contempladas, por ora, com R$ 81,2 milhões é a ponte sobre o rio Paraguai, em Porto Murtinho, que fará a ligação do Brasil ao país vizinho, na rota biocêanica.

O mesmo valor foi destinado para o projeto Sul-Fronteira, no trecho que ligará Ponta Porã até Mundo Novo. Já R$ 100 milhões foram pedidos para construir, na BR-419, o trecho entre os entroncamentos da BR-163 e da BR-262, respectivamente, em Rio Verde de Mato Grosso e Aquidauana. (CAMPO GRANDE NEWS, 2017)

Captura de tela do site Campo Grande News

Para o ano da Lei Orçamentária Anual de 2018, a bancada do Mato Grosso do Sul foi autora também de duas emendas de natureza semelhante às do ano de 2017. A primeira emenda (71130001) teve como cedente, ou seja, o órgão federal que concede ou repassa o recurso financeiro, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). O valor autorizado corresponde a R$ 56.873.247,00 para a função de construção de ponte internacional sobre o Rio Paraguai (fronteira Brasil / Paraguai) em Porto Murtinho, na BR 267 MS. Essa emenda, portanto, não tem relação com o projeto Sul Fronteira.

A segunda emenda (71130002) de 2018 refere-se diretamente ao projeto Sul Fronteira. O cedente foi o Ministério do Desenvolvimento Regional, o valor foi o mesmo da outra emenda de 2018 (R$ 56.873.247,00) e a ação foi registrada como apoio a inovação na faixa de fronteira implantação do projeto Sul-Fronteira e a descrição como implantação e pavimentação da rodovia MS - 165 trecho: entroncamento MS 386 (Sanga Puita) Aral Moreira - Coronel Sapucaia, subtrecho: Vila Marques Coronel

Sapucaia, segmento 03/lote 03. Como favorecido está o estado de Mato Grosso do Sul e os valores correspondem a R$ R$ 56.873.247,00 apenas empenhado, ou seja, ainda está no primeiro estágio da despesa pública. Como valor pago consta R$ 0,00. Para o repasse do valor, foi celebrado o convênio com o município do Mato Grosso do Sul. Tal convênio foi registrado sob o número 859691 no valor do empenho de R$ 47.058.193,00 com a contrapartida de R$ 5.228.688,00, chegando ao valor global de R$ 52.286.881,00 e o valor pago de R$ 0,00.

A mobilização também teve repercussão enquanto agenda política e não só orçamentária. Na imprensa, verificamos matérias com a mobilização da bancada por emendas do projeto Sul-Fronteira.



Anuncie Aqui
Classificados

CORREIO DO ESTADO

Capa | Últimas Notícias | Notícias | Artigos | Classificados | Colunista

ORÇAMENTO

Bancada quer R$ 168 milhões da União para MS em 2019

Deputados se reuniram com o senador do MDB, Waldemir Moka, em Campo Grande

Curtir 15 Compartilhar

31 OUT 18 - 06h:00 | CLODOALDO SILVA

Bancada federal se reuniiu em Campo Grande com o senador Moka (MDB) - *Luis Carlos Campos Sales / Divulgação*

A bancada federal vai assegurar que o Governo federal invista R$ 168 milhões no Mato Grosso do Sul em 2019 por meio de emendas impositivas ao Orçamento da União.

Os parlamentares decidiram em reunião na tarde de ontem recursos para seis ações, cada uma no valor de R$ 28 milhões, sendo prioridade o aparelhamento das polícias militar e civil; compra de equipamentos para hospitais e postos de saúde; e ônibus escolares.

> Outras nove emendas também serão apresentadas, só que não são impositivas – quando o governo federal tem a obrigação em usar o recurso na atividade proposta. São recursos para custeio da saúde; investimentos na UFMS e UFGD; na construção da BR-419, na continuidade das obras na MS-165, a Rodovia Sul-Fronteira; para a Rodoviária de Campo Grande; Aeroporto de Dourados; Hospital Regional de Dourados; e compra de equipamentos pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Coordenador da bancada e senador, Waldemir Moka (MDB) enfatizou que as 15 emendas – o máximo que pode ser apresentado – ao Orçamento foram elaboradas em acordo com todos os interessados, o governador Reinaldo Azambuja, os parlamentares federais e prefeitos. (CORREIO DO ESTADO, 2018).

E, em maio de 2019, no próprio portal do Governo do Mato Grosso do Sul, o governador Reinaldo Azambuja compartilha reuniões em que a pauta é a liberação das emendas para o projeto Sul-Fronteira.



MATO GROSSO DO SUL

ESPECIAIS | GOVERNO | AGENDA | MÍDIA | NOTÍCIAS | CONTATOS | DIÁRIO OFICIAL | LEGISLAÇÃO

Governador cobra do Ministério da Integração liberação de projeto para rodovia Sul-Fronteira

Bruno Chaves
09/maio/2019 6:00 am
Categorias: Geral
Fonte: Portal do Governo de Mato Grosso do Sul
358 visualizações

Campo Grande (MS) – O governador Reinaldo Azambuja cobrou agilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional na análise de projetos estruturantes de Mato Grosso do Sul, entre eles o que autoriza a pavimentação da rodovia Sul-Fronteira, que margeia a fronteira do Brasil com o Paraguai ligando os municípios de Ponta Porã e Mundo Novo.

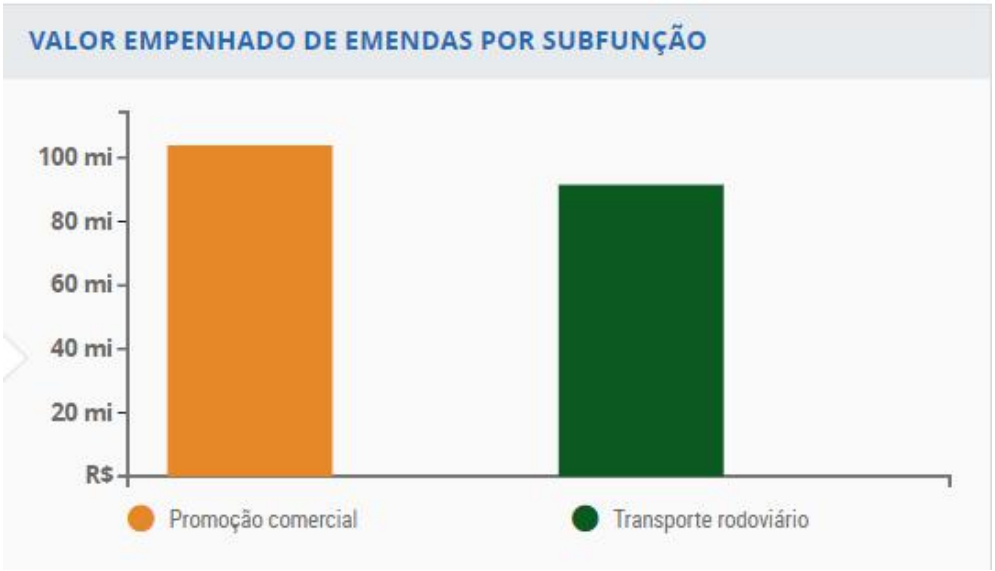
"Temos emendas impositivas de bancada para essa rodovia. Pedimos a celeridade na análise desse e de outros projetos para que possamos licitar", anunciou o governador. "Como a emenda é impositiva, ela tem a obrigatoriedade da execução", explicou Reinaldo Azambuja. Segundo ele, a retomada da obra de estruturação da Sul-Fronteira, também conhecida como MS-165, é crucial para o desenvolvimento da região.

Últimas Notícias

27 janeiro 2020 – Imóveis do Governo são cedidos para beneficiar três municípios de MS
27 janeiro 2020 – Bonito é eleito o Melhor Destino de Ecoturismo do Brasil pela 16ª vez
27 janeiro 2020 – Crescimento do Estado atrai parcerias e investimentos norte-americanos
27 janeiro 2020 – MS sobe três vezes ao pódio no 70º Intercolonial Brasileiro de Tênis de Mesa
27 janeiro 2020 – Governo entrega viaturas para reforçar segurança de Mato Grosso do Sul
27 janeiro 2020 – Reinaldo Azambuja destaca apreensão recorde de drogas e volta a cobrar presença federal nas fronteiras de MS

Classes produtoras e empresariais apontam a pavimentação da rodovia Sul-Fronteira como fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de municípios da região. Para elas, o asfalto pode atrair investimentos de empresas e indústrias, fomentando a geração de emprego e renda para as cidades fronteiriças de Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Sete Quedas. (PORTAL GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL, 2019).

Em resumo, os dois anos (2017 e 2018) que encontramos de destinação de emendas parlamentares no período delimitado do corpus da pesquisa através do Portal da Transparência possuem a visualização gráfica abaixo no que diz respeito as emendas da Bancada do Mato Grosso do Sul a partir do cruzamento *subfunção* e *valor empenhado*.



EXECUÇÃO NO GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL

Em 2015, Reinaldo Azambuja assumiu o seu primeiro mandato de governador do estado de MS e tomou a seguinte decisão: centralizar todos os convênios na gestão governamental dividindo e distribuindo nas suas secretarias e autarquias os convênios de afinidade da finalidade de cada pasta, tendo como objetivo dar celeridade na execução de vários recursos represados por falta de corpo técnico nos municípios.

Foi um fôlego para os municípios, mas o início de um caos administrativo, pois as pastas teriam que absorver mais essa demanda sem aumento de carga horária ou corpo técnico para isso. O Mato Grosso do Sul deu um salto de captação de recurso como é visível na plataforma Mais Brasil/SICONV, porém o aproveitamento desses recursos e execução desses projetos infelizmente não acompanha o alto índice de captação.

A falta de processos bem definidos complica a fluidez e boa gestão desses projetos, e não estamos falando apenas do Projeto Sul-Fronteira. A morosidade de partes do processo faz com que a execução seja onerada e burocrática.

Somado todos os convênios já destinados ao desenvolvimento da região sul-fronteira do estado chagamos a quase 200 milhões de reais, visando atender o desenvolvimento econômico e potencializando a produtividade que região que consiste em pecuária de corte, erva mate, agroindústria e agricultura.

A narrativa é que os órgãos do governo direcionem suas ações a partir do monitoramento dos indicadores de desenvolvimento, com a gestão da integração fronteiriça irá requerer uma excelente base de dados e de indicadores, sem esses instrumentos a gestão do processo ficará dificultada.

Os principais indicadores a serem atingidos com a proposta do Projeto Sul-Fronteira são:

- Índice de Responsabilidade Social do Estado – IRS/MS;
- PIB Municipal;
- Percentual de Redução de Homicídio;
- IDEB;
- Nº de Equipamentos Culturais nos Municípios Fronteiriços de MS – IDI/MS;

- Indicadores Ambientais – IAD/MS;
- Indicadores de Trabalho Decente de MS.

Já é sabido quais são os indicadores que mostrariam a evolução ou regressão do IDH municipal e regional, porém não há uma gestão efetiva baseada em indicadores e a dificuldade de ter uma base de dados consistente compromete diretamente a mensuração dos resultados de cada recurso aplicado. A princípio o governo do estado não está fazendo nenhum movimento para que essa realidade seja melhorada.

O Plano de Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO 2020-2023) é um instrumento orientador das políticas públicas da região, realizado para cumprimento do disposto no inciso II do art. 4º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009. O PRDCO facilita a cooperação entre os agentes públicos e propicia a articulação junto aos agentes privados interessados no desenvolvimento regional e à sociedade civil.

Ao longo dos últimos 30 anos a região do Centro-Oeste passou por um crescimento econômico e ocupação demográfica. Como região de fronteira e um amplo processo migratório, mas apresenta um alta no crescimento econômico com valores que superam o crescimento nacional a participação do Centro-Oeste na economia brasileira tem se ampliado, chegando ao patamar de cerca de 10,1% do PIB brasileiro em 2016, como mostra o gráfico abaixo:

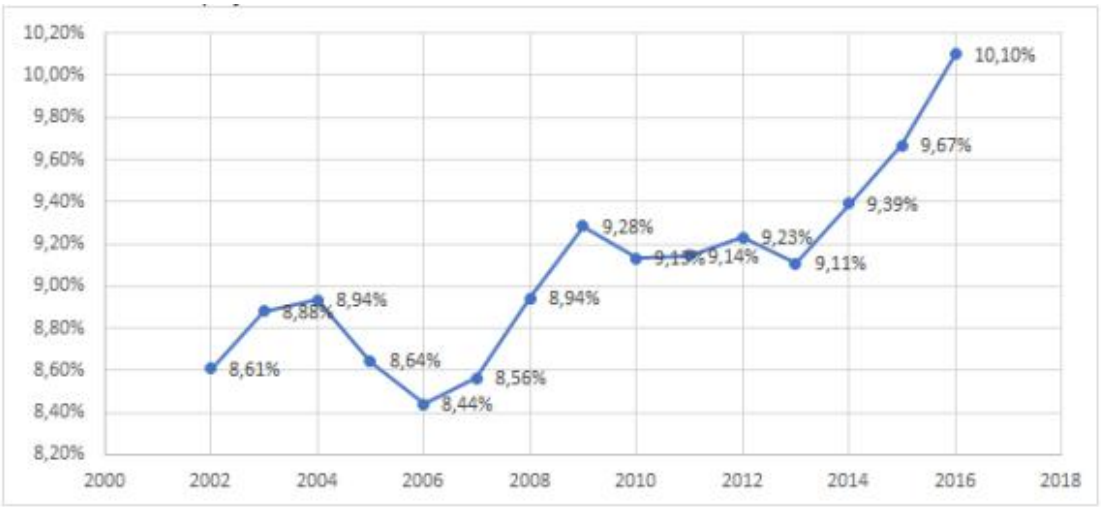


Figura 1: Participação do Centro-Oeste no PIB do Brasil -2002-2016
Fonte: Contas Regionais do Brasil – IBG

O Centro-Oeste amadurece as novas mudanças no seu perfil socioeconômico que podem dar início a uma transição que leva a um novo ciclo de desenvolvimento regional, onde poderá experimentar um movimento de transição do antigo ciclo de expansão da fronteira e consolidar a moderna agropecuária em *commodities* para uma nova etapa de desenvolvimento com diversificação produtiva e aproveitamento sustentável dos recursos com diversificação produtiva e aproveitamento sustentável dos recursos naturais.

Desarticulação do sistema logístico e gargalos na infraestrutura econômica atrapalham o potencial de elevada produtividade agrícola e com condições favoráveis, porém sofrem com as restrições logísticas para alcançar os mercados e consumidores. Em 2016, a Confederação Nacional dos Transportes mapeou os 16.111 km de rodovias federais e estaduais pesquisadas e elas compõem a rede de maior importância para região.

Para compreendermos a execução financeira do Projeto Sul-Fronteira no estado de Mato Grosso do Sul, foram realizadas entrevistas com o Superintendente do Tesouro (Secretaria da Fazenda do MS), com a Assessora de Gestão Estratégica (Secretaria de Administração e Desburocratização) e a Coordenadora de Convênios (Secretaria de Infraestrutura). Essas entrevistas revelaram os principais gargalos no processo interno de governo.

A Secretaria da Fazenda do MS (SEFAZ) relata que a dificuldade de ter um acompanhamento integrado de todos os projetos a serem empenhados, liquidados e pagos por período complica o desembolso para pagamento dos convênios em andamento, o que gera dificuldade de execução pois sem o financeiro os projetos ficam represados. Outro desafio apontado pelo Superintendente da pasta é a falta de uma gestão central de todos os convênios firmados dentro do estado.

A falta de um sistema de centralização e gestão de informações também é citada como um elemento complicador do processo. Existem mais de 300 sistemas dentro do estado onde são ilhas de dados que produzem poucas informações gerenciais para que seja dado respaldo técnico para quem está à frente do processo.

Existe uma pressão sob os gestores pois o gasto do estado está no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e também há uma baixa capacidade de investimento por conta da validade da PEC do Teto de Gastos. A responsabilidade de fazer com que todas

as contas sejam bem geridas sem uma base de informação consistente coloca para qualquer gestor desafios sobre onde terá que tomar decisões às cegas e isso pode gerar múltiplas variáveis de riscos imprevistos.

A SEFAZ ainda sugere que haja um cronograma físico e financeiro de todos os projetos do estado, mas isso ainda parece utopia pois a gestão não tem um controle efetivo dos projetos as informações são fragmentas e desintegradas.

Já a Secretaria de Administração e Desburocratização (SAD) relata que a dificuldade está na SEFAZ que trava o processo por falta de liberação dos pagamentos encaminhados para eles, que a morosidade existe, mas que não está sob sua alçada. Vale ressaltar que a SAD é a Secretaria que, por essência, deveria conter uma gestão eficiente dos gastos público em parceria com a SEFAZ, mas não há uma gestão eficiente de gasto do estado.É a pasta que concentra compras públicas abarcando o processo de licitação, gestão de materiais, patrimônio, almoxarifado, pregão, leilão, folha de pagamento, previdência, gestão administrativa documental, gestão e desenvolvimento de pessoas, diário oficial, etc, ou seja, é uma pasta pesada e que poderia conter a gestão de gasto e indicadores de gastos.

Por fim, a Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) relata que o corpo técnico é bem defasado e que há dificuldade das outras pastas em entenderem que eles são meramente membro de projetos e executores de obras e tudo que diz respeito a infraestrutura dificulta a divisão e gestão das atividades o que acaba sobrecarregando a unidade.

Outro problema relatado pelas outras unidades gestoras é a morosidade no processo de aquisição de materiais executada na SAD. As exigências burocráticas que fogem do princípio da lei e é imposta por vício no processo e prejudica os prazos e atrapalham a execução dos convênios.

Hoje a estrutura do estado conta com 9 secretarias, além da Procuradoria Geral do Estados - PGE e Controladoria Geral do Estado – CGE. Todas são envolvidas no processo de entrevista para conhecimento do processo, e cada unidade gestora tem seu setor responsável por gerir seus convênios. Por um lado isso é bom pois descentraliza e ganha escala em execução de projetos, por outro gera grandes desafios começando por falta de padronização na proposição de projetos, formas de execução, prestação de contas e secretarias chaves (SAD, SEFAZ, SEINFRA), com alta demanda e baixa capacidade de dar vazão as demandas.

A falta de comunicação é clara entre os pares e a falta de processos bem definidos acabam gerando retrabalho, atrasos e desperdícios de horas trabalhadas e recursos públicos.

SEINFRA	SEFAZ	SAD
Cada secretaria pede várias vezes as mesmas cotações dos mesmos itens, o que causa problemas com fornecedores	Nível de atenção do Estado limita a atuação nos programas/ações, pois o Estado é meio e não executor	Escassez de recurso de emendas parlamentares.
Não existe um planejamento normatizado	Despadronização das compras da SAD	Comprometimento dos projetos por falta de recursos financeiros.
Servidores pedem itens avulsos para sem comprados através de licitação	Indefinição de como pedir o Dinheiro certo: capital ou custeio?	Falta de profissionais capacitados em planejamento
O Software do MPOG não possui uma especificação completa dos itens para padronização	Problemas nos convênios de reformas e construções: Regularização dos patrimônios	
Convênios com o DETRAN não passam pela SEJUSP	Nos convênios de obras falta clareza sobre quem presta contas. Assim como se a Saúde vai fiscalizar os projetos da AGESUL	
Algumas etapas/atividades poderiam ser feitas pelo financeiro. O planejamento assume essas atividades	Hoje, o surgimento de projetos está vinculado mais a pessoa do secretário	
O Fundo de Segurança Pública é usado mais para manutenção do que para financiamento ou investimentos		

TRANSVERSALIDADE · Pessoas e organização · TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA · Planejamento · Financeiro

Figura 2: Quadro de priorização dos GAPS do processo

Rua Pamplona, 1005 – 1º andar
01405-001 | São Paulo | SP | Brasil
Tel/Fax: +55 11 2364-9518

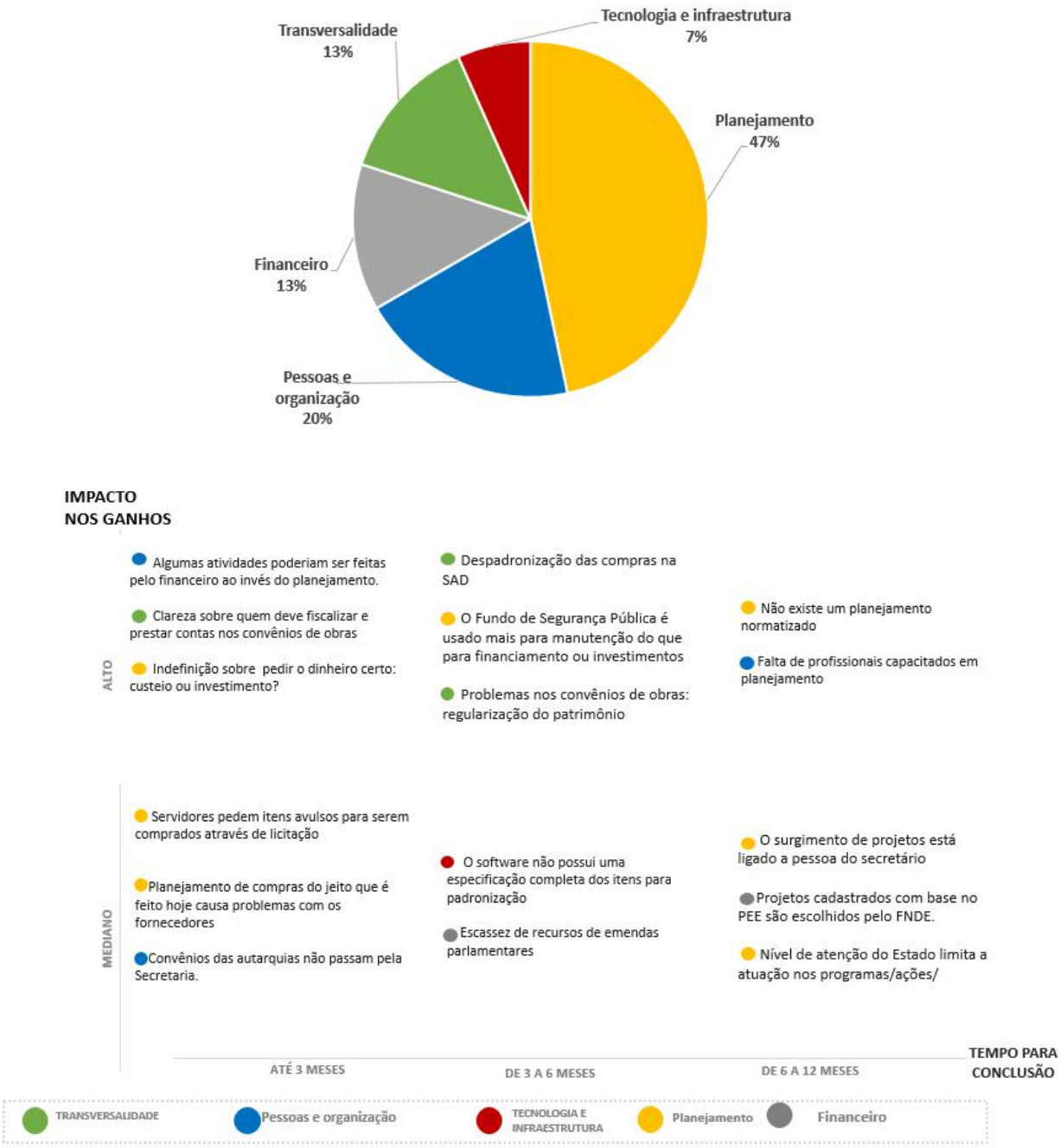


Figura 3: Gráfico de Priorização dos GAPS do processo

O estado tem uma emenda para ser executada e está em negociação. Essa emenda foi liberada em 2018 pelo Governo Federal, porém o mesmo projeto está executando uma de 2017 que tem R$ 7,4 milhões de uma nova parcela para a continuidade das obras da Sul Fronteira. Esses recursos serão usados para a implantação do trecho entre o distrito de Sanga Puitã e o município de Aral Moreira.

Os desenvolvimentos sustentáveis dessa região ultrapassam os limites nacionais, dependendo, assim, de instrumentos que observem as exceções, caso a caso, e consigam, em conjunto com o país vizinho elaborar regras especiais de funcionamento, dessa maneira a vertente internacional do Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF demanda articulação com o Ministério das Relações Exteriores, responsável pela política externa brasileira.

Nesse sentido é necessário um auto grau de relação e permeabilidade com as fronteiras internacionais paraguaia e nem sempre seus atores têm interesses em comum, e até mesmo divergentes e competitivos, resultando assim em graves problemas sociais, econômicos, sanitários e de degradação ambiental.

CONCLUSÃO

Partimos de um problema de pesquisa aparentemente simples - as emendas parlamentares proporcionaram melhores condições aos municípios da região Sul-Fronteira (MS) para migrarem de uma realidade com baixos índices para um círculo virtuoso de desenvolvimento? - que se revelou extremamente complexo ao longo da pesquisa. Nosso objetivo era verificar se os indicadores, definidos inclusive pelos próprios formuladores da política de desenvolvimento regional em âmbito nacional e regional, avançaram ao longo do tempo.

A pesquisa revelou que o Projeto Sul-Fronteira é pauta antiga na agenda política da bancada do Mato Grosso do Sul. O primeiro discurso data de 2007 e, até hoje, em 2020 o projeto rende reuniões, matérias, articulação e muito uso de dinheiro público. O que percebemos é o distanciamento não só entre os poderes, aparentemente alinhados em diferentes momentos do tempo quanto a necessidade de investir na construção da Rodovia, mas, principalmente, a falta de gestão de processos na implementação dessa agenda política.

De que adianta um discurso de grupo político que defende uma pauta de desenvolvimento da região quando a mesma não consegue avançar de forma sistemática, organizada e processual? A gestão dos processos deve servir não só para o fluxo entre os servidores públicos, mas também como medida de transparência e controle social, para que os cidadãos possam acompanhar o andamento da política pública e não apenas ficarem refém do discurso político, independente da esfera.

Nosso objetivo inicial de verificar os indicadores não pode ser aplicado porque os valores das emendas não haviam sido pagas, portanto, não poderíamos avaliar o impacto de mudança com esse investimento na região. E, o que aparentemente era uma dificuldade acadêmica, se tornou uma reflexão para nós sobre a complexidade de alinhamento dessas agendas (agenda política e agenda de gestão). E, ao contrário daquela premissa de que basta apenas vontade política para que as mudanças sejam implementadas, acrescentamos: é preciso vontade política e gestão de processos para que se evite a perda de recursos públicos, a refação de trabalho e tantas outros problemas.

7. . **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMARAL, Thaís.; GOND, Valery; TRAN, Annelise. Mapeamento do risco de introdução da febre aftosa na fronteira do Brasil com o Paraguai. Embrapa, 2016. Disponível em: < http://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab/article/view/20909/13331 >. Acesso em: 11 de março de 2019.

Bancada do MS em Brasília coloca 14 obras como prioritárias para 2018. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/politica/bancada-do-ms-em-brasilia-coloca-14-obras-como-prioritaria-para-2018. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

Bancada quer R$ 168 milhões da União para MS em 2019. Disponível em: https://www.correiodoestado.com.br/cidades/bancada-quer-r-168-milhoes-da-uniao-para-ms-em-2019/339873/

CONSOLIDAÇÃO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DAS FAIXAS DE FRONTEIRA. Disponível em: <https://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/Fronteira.-IICA.pdf>

CORAZZA, Eloy; PAGNUSSAT, José Luiz. A competitividade do agronegócio brasileiro. Revista de Conjuntura. Publicação do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal – CORECON/DF, Brasília, ano XIV, nº 53, maio/agosto de 2014.

DISCURSOS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=&txPartido=&txUF=&dtInicio=01%2F01%2F2000&dtFim=31%2F12%2F2019&txTexto=&txSumario=Sul-Fronteira&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar#. Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

Governador cobra do Ministério da Integração liberação de projeto para rodovia Sul-Fronteira. Disponível em: http://www.ms.gov.br/governador-cobra-do-ministerio-da-integracao-liberacao-de-projeto-para-rodovia-sul-fronteira/ Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

JANNUZZI, P.M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001

JANUZZI, P. M. Avaliação de programas sociais no Brasil: Repensando Práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/228/212 Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

JANNUZZI, P.M. Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Alínea, 2016

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI. Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020). Documento-Síntese. Brasília: MI, 2007.

MOREIRA, Adriana Rochas de Carvalho Fruguli. Influência das políticas públicas e programas sociais de combate à pobreza no desempenho econômico e social dos municípios selecionados, do estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2000 a 2010. 2012. 162f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria do Estado de Receita e Controle. Lei Complementar Nº 93, de 05 de novembro de 2001.

PRODUTO INTERNO BRUTO DO DISTRITO FEDERAL. Brasília: CODEPLAN, 2018. Disponível em: < http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PIB-DF_2016.pdf >. Acesso em: 11 de março de 2019.

OLIVEIRA, R. B. O papel dos atores institucionais na aprovação de emendas orçamentárias de bancadas estaduais entre 2007 e 2011. Disponível em: https://bit.ly/2KHhvUc

PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA/MS. Governo do Mato Grosso do Sul, 2012. Disponível em: https://bit.ly/2TIIjGT

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA GOVERNO FEDERAL. Disponível em:https://bit.ly/2ZgnuaI

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Art. 12. São instrumentos de planejamento da PNDR. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9810.htm

SEMAGRO, Secretaria do Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul. Fomentar Fronteiras: Governo de MS discute parcerias em momento de industrialização do Paraguai. 17 de Março de 2017. Disponível em: < http://www.iagro.ms.gov.br/fomentar-fronteiras-governo-de-ms-discuteparcerias-em-momento-de-industrializacao-do-paraguai/>. Acesso em: 18 de julho de 2017.

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEMAC). Secretaria do Estado do Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR). Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira/MS. Campo Grande: Núcleo Regional para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, 2012.

SECRETARIA DO ESTADO DE FAZENDA. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO. Lei nº 4.049, de 30 de junho de 2011.

SDCO, Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Relatório de Gestão Exercício 2007. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/relatorios-de-gestao. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEMAC). Plano de Desenvolvimento Regional PDR-MS 2030. Campo Grande, (Documento Síntese), 2009.

SEMAGRO, Secretaria do Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul. Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento. Janeiro de 2015. Disponível em:http://www.semagro.ms.gov.br/wpcontent/uploads/2017/06/estudo_dimensao_territorial_ 2015.pdf . Acesso em: 18 de julho de 2018. 226